



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, realizada no dia 08 de junho de 2015, na cidade de São José dos Campos/São Paulo.

Realizou-se no dia 08 de julho de 2015, às 17 horas, no Teatro da UNIVAP, Praça Cândido Dias Castejon, 116 em São José dos Campos - Centro/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (Processo IMPACTO 113/2014)**. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patricia Iglecias**, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa dos Ilustríssimos Senhora Mônica Porto, Secretária-Adjunta da Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos; Senhor Juarez Domingues de Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente de Igaratá; aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhor Wagner Baliêiro e Senhora Vereadora Renata Paiva, ambos Vereadores pelo Município de São José dos Campos e Senhor Daniel Pereira, Vereador pelo Município de Redenção da Serra; aos representantes do Poder Executivo – na pessoa dos Ilustríssimos Senhor Juarez Domingues de Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente de Igaratá; Senhor Walker Ferraz, presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul – CBH-PS; representantes de Órgãos Públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Jairo Salvador de Souza, Defensor Público do Município de São José dos Campos; dos representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, das entidades da sociedade civil, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, das entidades ambientalistas, enfim, a todos os que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Interligação entre as Represas Atibainha (Bacia PCJ) e Jaguari (Bacia Paraíba do Sul)", de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (Processo IMPACTO 113/2014)**. Declarou possuir a função regimental de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado(a) a todos, para que sobre ele(ela) opinem, formulem propostas, indagações, críticas, sugestões e elogios, com o propósito de contribuir para sua melhoria e aperfeiçoamento. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente, conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que o façam de forma democrática e organizada. Expôs, resumidamente, as normas estabelecidas pela Deliberação **CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas, através das quais o CONSEMA estabelece que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, na segunda parte, a apresentação, pelo representante da equipe multidisciplinar que o

1

2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

formulou, dos diferentes estudos que constituem o EIA/RIMA e que contemplam exposição detalhada de todos e de cada um de seus aspectos. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, dado que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em prosseguimento, acrescentou, se manifestarão os representantes dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, e, a seguir, os representantes do CONSEMA e aqueles dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos dos que representam o Poder Legislativo, para que se posicionem acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos segmentos que antes deles se manifestaram, criando-se, assim, a oportunidade, de oferecerem os esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados. O **Secretário-Executivo** reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, assim procedessem aqueles que o desejassem, mas que ainda não houvessem se inscrito. Antes de passar à primeira etapa, declarou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era composta por ele, Secretário-Executivo, por um representante da Gerência de Divisão de Obras Hidráulicas da CETESB, por até dois representantes do CONSEMA, neste caso, conforme acordado entre os três conselheiros do CONSEMA presentes, fariam parte da mesa, o conselheiro **Marcelo Pereira Manara**, representante da bancada ambientalista e também a conselheira **Marisa de Oliveira Guimarães**, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES. Convidou para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, a bióloga **Mayla Fukushima**, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental e Empreendimentos da CETESB, que, depois de se apresentar ofereceu informações acerca do processo de licenciamento que se discutia, precisamente sobre a etapa em que este se encontrava e que dizia respeito à concessão da licença prévia. Acrescentou que todas as manifestações realizadas durante essa audiência serão consideradas no decorrer da análise da viabilidade ambiental do empreendimento. Esclareceu que além da audiência pública, também serão ouvidos outros entes, no caso, as prefeituras, os Comitês de Bacia, os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação e outros órgãos afetos ao licenciamento, como o Instituto do Patrimônio Arqueológico - IPHAN. O **Secretário-Executivo** informou que a audiência, em caráter excepcional teria início com a apresentação de **Mônica Porto**, Secretária-Adjunta da Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira representante dessa secretaria no CONSEMA. O **Secretário-Executivo** esclareceu que a apresentação atende ao pedido da bancada ambientalista do CONSEMA, e tem o objetivo de prover uma visão integradora e geral da questão hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. **Mônica Porto**, Secretária-Adjunta da Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA esclareceu que sua apresentação tem o objetivo de fornecer um panorama geral sobre a segurança hídrica para todo o Estado de São Paulo. Explicou que a Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos tem trabalhado especificamente em segurança hídrica nas várias regiões do estado, principalmente depois do fenômeno da seca observada no período de 2013 a 2014, fenômeno este, de caráter excepcional, que ainda não terminou. Esta seca, que atingiu diversas regiões do Estado de São Paulo, com extensões de gravidade distintas, mostrou a importância de estabelecer condições que garantam, principalmente, o abastecimento da população, que é o uso prioritário, conforme apregoa a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9433/97. A região do Paraíba do Sul é uma das regiões do Estado de São Paulo sobre a qual mais nos detivemos, tanto para garantir o

2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

abastecimento à população; quanto pela importância do rio Paraíba do Sul como manancial. A seca de 2013-2014, de proporções históricas no Estado de São Paulo, ocorreu de forma repentina e abrupta, se prolongou por todo o ano passado, e ainda esse ano são sentidos os reflexos dessa crise. É conhecido que as secas são fenômenos persistentes, mais longas do que os períodos de cheias. Por essa razão, o Estado de São Paulo já vinha se preparando um novo planejamento, denominado Plano da Macrometrópole, com vistas a promover maior proteção para a região leste do Estado de São Paulo, na qual se concentra a maior parte da população e das atividades econômicas. O Plano da Macrometrópole, desenvolvido no período de 2009 a 2013, versa sobre o aumento da segurança hídrica das Regiões Metropolitana de São Paulo, de Piracicaba, de Campinas, do Vale do Paraíba, de Sorocaba e da região Baixada Santista. Explicou que a depleção dos reservatórios do Paraíba do Sul, ao longo do ano passado, devido à produção de energia, aliado ao ineditismo do fenômeno da seca e seu agravamento no período de outubro de 2013 a março de 2014, levou a antecipação da implantação do Plano da Macrometrópole. No início do ano passado, em março, o governador Geraldo Alckmin, com base no pacto federativo e pelo fato do rio Paraíba do Sul, ser compartilhado por três estados, fez com que o governador Geraldo Alckmin trabalhasse para a viabilização da obra Jaguari-Atibainha que promove a interligação das bacias Piracicaba, Capivari, Jundiaí, as bacias PCJ e a bacia do Paraíba do Sul. Para a execução de interligações, o governador Geraldo Alckmin encaminhou um ofício à Presidência da República solicitando seus esforços para que o pacto federativo de uso da água do Paraíba do Sul começasse a ser discutido com a presença da Agência Nacional de Águas-ANA e o setor elétrico. Neste sentido, o Governo do Estado de São Paulo pretendia antecipar o início da implantação da obra Jaguari-Atibainha, e sua interligação à bacia do rio Piracicaba. Este início ocorreu, em março de 2014, quando a SABESP que é responsável pela operação do Sistema Cantareira, entregou a solicitação pretendida ao DAEE. Em abril de 2014, a ANA promoveu uma reunião com os secretários dos três estados e com o presidente do CEIVAP para iniciar as discussões que culminaram com a criação, em julho, do grupo técnico de análise da viabilidade de implantação do projeto de interligação, que envolve representantes dos três estados. O agravamento da seca, que se estendeu em toda a região leste do Estado de São Paulo, fez com que esse grupo técnico passasse a analisar a segurança hídrica para todos os usos da água do rio Paraíba do Sul, de forma conjunta e global. Informou que o grupo técnico trabalhou, exaustivamente entre julho e janeiro, na análise dos fatores que causaram a depleção dos reservatórios do rio Paraíba do Sul, de forma a alterar as regras de operação para geração de hidroeletricidade e priorizar o abastecimento público de água em todo o Vale do Paraíba, incluindo o Rio de Janeiro. Desta forma, o projeto de interligação Jaguari-Atibainha, passa a fazer parte de um contexto de segurança hídrica da região leste do Estado de São Paulo e de melhoria da situação da bacia do Piracicaba, da Região Metropolitana de São Paulo e do Paraíba do Sul. O grupo técnico produziu um relatório final, em janeiro de 2015 intitulado "O aumento da segurança hídrica da bacia do Paraíba do Sul e a viabilidade hidrologia da interligação entre o reservatório do aproveitamento do Jaguari e da bacia do Paraíba do sul e reservatório Atibainha". A partir desse relatório foram alteradas as regras operativas dos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul com base em dados hidrológicos disponíveis e técnicas de modelagem de simulação hidrológica, por meio das quais se testou os diversos comportamentos do reservatório mediante situações hidrológicas distintas. Todos os estudos realizados apontam que ocorreria um aumento na segurança hídrica do rio Paraíba do Sul com a priorização da água para abastecimento público. Com isso, as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

necessidades do Vale do Paraíba e as regras operacionais para o Rio de Janeiro seriam plenamente atendidas, com a implantação da transposição utilizando-se pequena vazão de 5m³/s. Com isso, a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9433/97, seria atendida, a partir da priorização da utilização das águas para abastecimento público. As discussões que geraram o acordo de alteração da operação do rio Paraíba do Sul encontra-se registrado em ata da reunião ocorrida em 10 de março de 2015, com os Secretários das Secretarias de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, e o presidente da ANA. Passou a dissertar sobre a nova Resolução que dispõe sobre as regras adotadas para a operação do sistema hidráulico do Paraíba do Sul. Essas ações permitiram a recuperação dos reservatórios, de forma que já é possível perceber a melhora das condições atuais, se comparadas há alguns meses atrás. Esta melhora se deu também pelas restrições de operação impostas ao Rio de Janeiro. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestou o representante do empreendedor e da equipe de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Em seguida o engenheiro **Sílvio Leifert**, Superintendente de Gestão de Empreendimentos da SABESP, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que o Físico **Guilherme de Oliveira**, representante da PRIME Engenharia, empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes da sociedade civil. **Sullivan Moraes Santos**, representante da ONG Associação Eco Vital do Município de Caçapava expôs que as falas, se comparadas com às da audiência anterior mudaram, e para pior. Desculpando-se, pela sinceridade, disse ter observado alguns aspectos contraditórios na apresentação proferida por Mônica Porto, Secretária-Adjunta da Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA, na questão das participações dedicadas de grupos de trabalho. Sobre isso, questionou, se tais reuniões teriam sido realizadas no Vale do Paraíba, ou somente em Brasília, conforme foi dito na audiência de Igaratá. Este fato demonstra ter ocorrido uma grave contradição e falta de coerência naquilo que foi dito nas audiências, e por essa razão, solicitou transparência e clareza nos discursos os quais devem, no mínimo, se repetir. Explicou que no Plano de Bacia 2011-2014, elaborado por dedicado grupo do Vale do Paraíba, não prevê nenhuma retirada de água, mas sim a preservação e a recuperação da bacia, já muito impactada. Questionou quais seriam as vantagens e desvantagens da transposição para a região do Vale do Paraíba, como um todo. Solicitou ao conselheiro do CONSEMA, Marcelo Manara que anotasse o erro que se cometeu durante a apresentação dos impactos da área de influência direta, para que o mesmo seja corrigido uma vez que os conceitos geográficos de área e região, embora diferentes entre si, têm sido utilizados como sinônimos. Refutou a ideia de a crise hídrica ter chegado de forma repentina, uma vez que inúmeras pesquisas e pesquisadores, há anos, veem alertando sobre os graves problemas da bacia do rio Paraíba do Sul e os diversos impactos ambientais a que tem sido sujeita, dentre os quais, o assoreamento pela remoção da vegetação marginal, mineração predatória, ocupação urbana desordenada e lançamento de efluentes, sem tratamento. No entanto, todos esses estudos e alertas foram ignorados e não existe uma gestão séria do problema. Entende que a SABESP não precisa da água para abastecer a população de São Paulo, mas está preocupada, na verdade, em contentar os

4

23



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seus acionistas internacionais que se interessam somente pelos lucros, e nem sabem onde se localiza o Vale do Paraíba. Nomeou como principais acionistas da SABESP o Citibank, Manhattant Bank, JT Gordon e Fundo de Pensão do Pentágono os quais negociam a água que consumimos, na bolsa de valores de Wall Street. Disse que se a transposição fosse benéfica os políticos estariam fazendo campanha nos municípios e, na verdade, o que se constata é a total desinformação da população sobre a questão. Questionou também a razão pela qual as audiências públicas não estão sendo levadas a todas as nove regiões em que foi dividido o Vale do Paraíba, conforme o Plano de Bacia. Exemplificou o caso do município de Redenção da Serra, que apesar de sofrer com a seca, a ponto da SABESP ter estabelecido o racionamento de água em três dias por semana, não contará com uma audiência pública para esclarecer o assunto aos seus munícipes. Citou como situações críticas aquelas as quais passam o reservatório de Paraibuna e a cidade de São João da Barra, na foz do rio Paraíba, que estão sem captação de água decorrente do avanço do mar na região costeira. Por essas razões, defendeu que as análises considerem o conceito de bacia hidrográfica, como um todo. **Jair Simão**, representante da Associação dos Pescadores da cidade de Santa Isabel, comunicou ter protocolado na Secretaria-Executiva do CONSEMA, o pedido para que o Parecer Técnico do EIA/RIMA da CETESB, assim que concluído, e antes de ser analisado pelo CONSEMA, seja encaminhado às Secretarias de Meio Ambiente dos municípios que serão afetados pela transposição. Disse ter observado grande mudança nas apresentações dos palestrantes ao longo das três audiências realizadas. Ao comparar as apresentações disse que pode notar várias controvérsias em muitos dos discursos proferidos, mesmo considerando-se leigo frente aos inúmeros dados numéricos apresentados. Quanto ao levantamento da ictiofauna da bacia do Atibaia e do reservatório de Jaguari comentou da existência de um número muito maior de espécies exóticas na represa do que no rio, apesar de não terem sido catalogadas no EIA/RIMA. Desta forma, questionou quais medidas serão tomadas e quais os impactos se, no futuro, essas espécies forem constatadas no reservatório. Relembrou ter protocolizado na Secretaria-Executiva, por ocasião da audiência no município de Santa Isabel, um abaixo assinado com 6.654 assinaturas, contrário ao projeto de transposição na forma proposta, tendo em vista que o EIA/RIMA foi elaborado para o traçado do percurso da adutora, sem considerar o macro impacto ambiental que causará as cidades de Igaratá e de Santa Isabel. Esclareceu que no abaixo-assinado reivindica-se, como contrapartida, que seja construída uma barragem fixa na cota 623m, dentro do município, de forma a garantir o abastecimento de água para o município de Santa Isabel. Para a construção da barragem propôs o aproveitamento das rochas oriundas da escavação do túnel, para a redução também dos custos da obra. **Walker Ferraz**, representante do CBH - PS, informou que o comitê havia protocolado, na Secretaria-Executiva do CONSEMA, suas contribuições, em todas as audiências, inclusive nessa. Aproveitou a audiência para transmitir quão impotentes se sentem os representantes dos comitês de bacia e das águas, tendo em vista o enfraquecimento político pelo qual passa a representação popular o que impossibilita que as vontades, desejos e anseios relativos aos destinos das águas da bacia do rio Paraíba, sejam atendidos, apesar desses fóruns serem ideais para que a população possa se expressar, de forma organizada e tecnicamente competente. Sendo assim, solicitou que as propostas técnicas protocoladas sejam atendidas, ou pelo menos respondidas. Agradeceu pela oportunidade e convidou todos a participarem e procurarem seus representantes a fim das representações não ficarem reféns de políticas partidárias. **Carlos Ventura**, representante da ONG Cidadania sem Covardia, da cidade de Caçapava disse ser morador das margens do rio Paraíba do

5

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sul e natural da cidade de Taubaté. Como tal, disse que vem acompanhando há 64 anos a agonia pela qual passa o rio Paraíba e a falta de políticas públicas sérias direcionadas a ele. Afirmou que a situação ambiental crítica pela qual passa o Vale do Paraíba e toda a humanidade era perfeitamente previsível e lógica. Ao reproduzir a fala de um cacique indígena “o que acontecer com a terra, recairá sobre os filhos da terra”, lembrou a viagem que fez, há 15 anos, com um grupo de amigos, em barco pequeno ao longo do rio, entre as cidade de Caçapava e Aparecida, ocasião na qual fotografou as margens do rio e as tubulações de indústrias despejando rejeitos. Em muitos lugares tiveram que atravessar andando, pelo leito do rio, tão grande já se apresentava o estado de assoreamento do rio. Disse que não acredita que a crise tenha pego as autoridades e os órgãos de meio ambiente desprevenidos. O que ainda existe, enfatizou, é o descaso e a ausência de políticas ambientais sérias e verdadeiras, não se podendo culpar São Pedro pela falta de chuva. Desejou que isso sirva de lição para que se possa refletir sobre o futuro da raça humana, dependente das condições ambientais do planeta. **Lincoln Delgado**, representante do grupo Consciência Ecológica de São José dos Campos, disse que não é sério quando se afirma que a retirada de, aproximadamente, 8 m³/s de água do rio Paraíba do Sul garantirá a segurança hídrica da bacia. Qualificou como leviandade afirmar que choverá mais na região do Jaguari, que por esse motivo, terá mais condição de abastecer o sistema Cantareira. Disse ser necessário que se proceda a uma análise crítica sobre a forma com que foi avaliado e negociado o volume morto da represa do Paraibuna para o Rio de Janeiro, que fará falta ao sistema. Dissertou sobre a necessidade de a SABESP ter um compromisso de reduzir as perdas de água ao longo do sistema de distribuição como condicionante para a liberação de cada metro cúbico do Jaguari. Também colocou como sendo importante que o Governo do Estado de São Paulo se comprometa a universalizar o saneamento básico no Vale do Paraíba, não sendo admissível o fato de importantes cidades, tais como, São José dos Campos, Jacareí, Cruzeiro, Guaratinguetá, ainda lançarem esgotos, sem tratamento, no rio Paraíba do Sul. Comunicou que iria protocolar, na Secretaria-Executiva do CONSEMA, um documento com as considerações de 14 Unidades de Conservação, localizadas no entorno de Monteiro Lobato e de São José dos Campos no qual se aponta a necessidade de se proceder a recomposição florestal do Jaguari, em atendimento a Resolução da SMA, Deliberação do Comitê de bacias e de Termo de Compromisso assinado entre a prefeitura de Monteiro Lobato, São José dos Campos, ICMBio, IPHAN, do Conselho gestor da APA de São Francisco Xavier e da Associação Protetora Ecológica do Vale do Paraíba. **Vicente de Moraes Cioffi**, representante do Núcleo Regional do Plano Diretor participativo do Vale do Paraíba e Litoral Norte disse ter constatado que o EIA/RIMA, aborda muito pouco os impactos da transposição no Vale do Paraíba e do Rio de Janeiro. Ressaltou que o rio Paraíba do Sul já tem demonstrado sua incapacidade de atender as demandas de usos múltiplos, e possivelmente também a futura necessidade de água na região metropolitana de São Paulo, em decorrência do crescimento populacional e também das mudanças climáticas. Queixou-se de que a forma como a questão é tratada tem-se a impressão de que a região do Vale do Paraíba não tem nenhum problema de falta de água, que as nossas represas estão com seus níveis de água na altura ideal, não estamos com problema de falta de água em Redenção da Serra, afirmações estas que não correspondem à verdade. Portanto, ressaltou que muitas questões regionais, e até interestaduais que envolvem o Rio de Janeiro, deveriam ser discutidas e priorizadas, antes de se propor qualquer tipo de transposição. Definiu como essencial, que todo os esgotos despejados diariamente nas águas do rio Paraíba e em seus afluentes sejam

6

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tratados, que se promovia a recomposição das matas ciliares, das áreas de várzea, as áreas impactadas pela mineração e também que se elimine o risco do consumo de água contaminada por metais pesados, defensivos agrícolas, antibióticos, hormônios, dentre outros produtos químicos. Solicitou fosse registrado que a informação de que não foi encontrado nenhum resquício de material arqueológico, baseia-se em um estudo de campo incompleto no qual não foram realizadas vistorias em duas áreas, conforme consta da página 70 do EIA, cujo texto reproduziu na íntegra: “cabe ressaltar que nos locais onde serão implantados o desemboque do túnel do reservatório Atibainha e o túnel de acesso de serviço, não foi realizada nenhuma prospecção, que portanto, impede a entrega do diagnóstico”. Desta forma, reforçou que se exija um diagnóstico completo antes da emissão de qualquer licença. **Isnard Rodolfo**, representante da Associação Democrática de Aposentados – ADIMAP, de São José dos Campos, apresentou-se como um simples militante do meio ambiente, de forma que é difícil para ele falar de meio ambiente na presença de técnicos. No entanto, disse o quanto era importante que as audiências públicas fossem realizadas em todo o Vale do Paraíba. Ressaltou a importância da fiscalização para a preservação da qualidade da água, nascentes e das áreas vedes. Cobrou dos Vereadores, mais cuidado com as questões ambientais ao invés de se preocuparem somente com a implantação de ruas. Sugeriu que promovessem um cronograma de visitas à fazendas e escolas pelo menos uma vez por ano, no sentido de acompanharem as condições e cobrarem a implantação de melhorias. **Professor Moraes**, representante do Fórum Permanente em Defesa da Vida, de São José dos Campos dedicou sua fala ao comentarista Ricardo Ferraz, que foi um grande defensor do rio Paraíba do Sul. Lamentou-se pelo fato de, após a Semana do Meio Ambiente, ter que participar de três audiências públicas sobre essa obra de transposição do rio Paraíba do Sul que é tão deplorável e detestável, quanto a obra via Banhado. Disse que estas obras nefastas para o Vale do Paraíba são fruto de articulações políticas do PSDB e do PT, partidos que rezam a mesma cartilha. Colocou que o que lhe causa muito espanto o fato da proposta de transposição não levar em consideração o rio Paraíba do Sul de maneira ampla, conforme exposto anteriormente. Disse que o Paraíba do Sul é um rio agonizante, vítima da extração de areia, no monocultivo de eucalipto, da poluição hídrica por esgotos domésticos e industriais, da contaminação por metais pesados, hormônios e disruptores endócrinos. O rio Paraíba, é classificado pela própria Agência Nacional das Águas, a ANA, como um dos rios mais poluídos do Brasil, é entre os dez rios mais poluídos do Brasil o que, a seu ver, é profundamente lamentável. Por essa razão, considera como sendo uma aberração, inaceitável, inadmissível e inconcebível que se discuta um projeto dessa envergadura, apenas e tão somente em quatro audiências públicas. Também disse não aceitar, em hipótese alguma, que o Governo do Estado de São Paulo tenha se articulado com o Governo Federal para promover a transposição do rio Paraíba. Pelas razões expostas, conclamou para que se realize a reunião das instituições e entidades ambientalistas para que juntos possam promover várias ações junto ao Ministério Público, e trabalhar no sentido de despertar na opinião pública para o absurdo que representa essa transposição. Disse que não foram convidados a participar desse debate por tratar-se de um projeto verticalizado, imposto de cima para baixo. Relatou que ao visitar os reservatórios de Paraibuna, Santa Branca, Jaguari e Funil, pode constatar que estão agonizando. Questionou se as mudanças climáticas estão de fato ocorrendo. Voltou a afirmar que o Fórum Permanente em Defesa da Vida é absolutamente contra esse projeto que qualificou como sendo demagógico e mentiroso. **Carolina Cassiano Ferreira**, representante da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, disse que, desde 2010, a associação

7

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

promove o plantio de florestas nativas e desenvolve projetos junto a entidades municipais do Vale do Paraíba. Todos esses projetos tem sido acompanhados pelas prefeituras de São José dos Campos, Monteiro Lobato. Reclamou que por mais que tenham um pré-convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos, não foram consultados ou chamados a auxiliar nesse projeto de transposição. Disse que a Associação possui grandes áreas recuperadas na região, muitas delas são corredores ecológicos e conectivos para outras áreas verdes do Vale. Disse que no material que foi protocolizado junto a Secretaria-Executiva do CONSEMA, constam 700 hectares de florestas e mais 27 mil hectares só na região do Jaguari em corredores ecológicos. Pelo trabalho apresentado, expôs a necessidade que têm de serem ouvidos ao logo do processo decisório. Tendo em vista o papel das florestas para garantir a segurança hídrica do rio Paraíba do Sul clamou para que as ações de longo prazo, relacionadas à implantação de floresta não sejam consideradas dinheiro jogado fora. **Gerson de Freitas Júnior**, representante do grupo Pró-Centro de Direitos Humanos, do Vale do Paraíba e Litoral Norte reforçou que o rio Paraíba não é objeto, ele é o sujeito que representa a vida, identidade e a História dos Vale Paraibanos, e não é, como se disse, uma caixa de água da qual só se retira água, afirmação que só atesta anos de má gestão. Apontou a inexistência de estudos da comunidade de Piraquaras do Vale do Paraíba – São José dos Campos, Caçapava e Pindamonhangaba -. A comunidade de Redenção da Serra, praticamente expulsa de suas terras à época da construção da represa de Redenção, também não foram ouvidas e estão a mingua, porque não se dá a devida importância para elas. Questionou o fato de não terem sido realizadas audiências em Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena e Redenção da Serra. Destacou a importância dos órgãos ambientais que deveriam trabalhar de forma conjunta para a conservação ambiental dos recursos hídricos. No entanto, estes órgãos, assim como a CETESB encontram-se abandonados, sem capacidade de atender a demanda crescente do Vale do Paraíba porque foram sucateados por políticas de governo. Destacou que uma pesquisa sobre meio ambiente e recursos hídricos elaborada pela FATEC de Jacareí evidencia a existência de quase 50 espécies de peixes entre o trecho das cidades de Jacareí e Queluz. Denunciou e solicitou providência para a fiscalização da contaminação por necrochorume está fora de controle porque os tanatopraxistas, lançam os resíduos corpóreos, *in natura*, oriundos de suas análises, diretamente nas águas do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes. **Gerson de Freitas Júnior**, representante do Comitê Pró-Centro de Direitos Humanos do Vale do Paraíba e do Litoral Norte solicitou que se implante um comitê para cada rio e também que sejam apresentados os impactos sobre a APA do Banhado. **Luiz Fernando Figueiredo Bernarbe**, representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Ciência e Tecnologia disse que se tem discutido muito a viabilidade técnica sob o ponto de vista da qualidade da água, no entanto, ponderou que o valor desse recurso que é colocado a disposição para cidade de São Paulo também deve ser incluído nas discussões. Baseado nas informações técnicas relativas ao sistema de bombeamento e na estrutura da obra, contidas no EIA/RIMA, concluiu que a estação de bombeamento irá consumir, aproximadamente, 800 GW de energia por mês. Se for considerado o valor o valor de R\$ 544 megawatt/hora, cobrado no Brasil, um dos mais caros do mundo, e a condição de bombeamento de 5 a 8 m³/s e 24 horas de operação, num período de 30 dias, concluiu-se que, só em energia elétrica, a estação gastará R\$ 435 milhões/mês de energia, sem considerar os demais custos fixos. Mencionou que a transposição do rio São Francisco custa R\$ 1/m³ e a SABESP cobra R\$ 6 por m³, por consumidor. Ao considerar o valor estimado anteriormente para a estação, questionou de que

8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

forma serão repassados os custos, ou seja, para toda a população ou somente para a população residente na cidade de São Paulo. Questionou também se a SABESP já havia informado aos moradores da cidade de São Paulo, sobre esses custos. Também questionou que medidas serão tomadas para recuperar as matas ciliares e de que forma o Vale do Paraíba será compensado pela transposição das águas. **Vera Assis**, representante do Centro de Amigos da Natureza, de São José dos Campos disse que o sentimento do Vale do Paraíba sobre a transposição é que “a gente vai cobrir um santo para vestir outro”. Apesar da Agência Nacional das Águas – ANA garantir que haverá água para todos, Vera Assis afirmou que gostaria de conversar com os moradores de Redenção da Serra, e também do Vale do Paraíba que sofrem com a falta de água. Relatou que no primeiro momento, pensou que o EIA/RIMA iria oferecer uma visão sistêmica da situação do Vale do Paraíba, para que se pudesse em momento posterior concluir sobre a realização ou não da obra. Lamentou pelo fato de não ser isso que está acontecendo. Relatou o descrédito que a população tem em relação ao processo, porque segundo lhes parece tudo já está decidido, de acordo com aquilo que a SABESP quer. Disse que gostaria de poder mudar essa situação e que diversos pontos deveriam ser consideradas dentre as quais, que o EIA/RIMA não foi elaborado como deveria ter sido, ou seja, considerando o conjunto da obra e que as questões pontuadas pelas ONGs fossem incluídas no processo das análises porque são fruto de estudos profundos e são documentadas e protocoladas em todas as audiências. Expôs que não tem sentido que se execute uma solução de curto prazo e emergencial, sem considerar uma série de questões tais como: - “o estudo analisa basicamente a obra, sem avaliar as condições reais de reservatório”; - que “a obra foi proposta antes que a resolução da ANA pudesse garantir que se façam as mudanças necessárias nas regras de operação”; - que “o estudo não apresenta detalhes do dimensionamento nem indica condições mínimas; - “a análise de pressões considera a vazão entre 5 e 8 m³, o que significa que 5m³ não é média, mas mínima; - “a opção para um duto de 2,2 m de diâmetro, em vala de 4m de largura, por 5m de altura, apesar de exigir um nível de escavação importante, não foi justificada em momento algum”; - “qual seria a redução do impacto se fosse, por exemplo, três tubos de 70 cm de diâmetro”; - “as dimensões do túnel também são elevadas, 5m por 5m, tendo o túnel de acesso dimensão ainda maior para permitir passagem simultânea de dois caminhões na retirada do material escavado, 500 metros de túnel, com o objetivo principal de permitir quatro frentes de escavação”. Questionou também a falta de análise prévia sobre disponibilidade do bota-fora de material. Constatou que no estudo comenta-se que os locais para disposição de material excedente e rotas de transporte serão definidos no projeto executivo. Observou também que foi deixado a cargo da construtora a definição do local do bota-fora, sendo indicado apenas que a areia será obtida de locais licenciados. Qualificou essa situação de, no mínimo, absolutamente irresponsável e incompatível com o EIA, tendo em vista tratar-se de um projeto no qual se estima um bota fora com 462 mil e 197 m³ de solo e de 239 mil e 681 m³ de rocha, o que representa cerca de 35 mil caminhões de 20 m³, além da necessidade de extração do montante de 83 m³ de areia, atividade altamente impactante. Destacou também a falta de ações dos órgãos públicos e de mobilização social para que a SABESP promova ações para eliminar as perdas de água ao longo da linha de distribuição e também na promoção de mudanças de operação tanto na agricultura como em algumas empresas, para o uso eficiente de água. Para que se promova a ampla participação popular disse ser necessária a realização de mais audiências públicas, ou seja, o assunto deverá ser discutido em todo o Vale do Paraíba, inclusive em Redenção da Serra. Lembrou-se que, desde 1990, o Governador Geraldo Alkmin já discutia a

9

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

situação do rio Paraíba, o que pode ser verificado nos assuntos veiculados nos jornais, da época. Por essa razão, disse que os assuntos que estão sendo levantados pelas ONGS e pela população devem ser tratados com respeito, inclusive porque envolvem o destino das futuras gerações. Passou-se à etapa em que manifestam as pessoas que, sem representar nenhum órgão ou entidade, falam em seu próprio e exclusivo nome. **Pedro de Vasconcelos**, disse que foi com muita tristeza que percebeu, na audiência que o estudo não leva em consideração aspectos amplos da bacia hidrográfica do Vale do Paraíba, tal como, os reflexos da retirada da água para as cidades e as comunidades à jusante do rio. Disse que estava de acordo com o discurso da pessoa que lhe antecedeu. Refutou que a audiência pública não pode ser um instrumento somente para legitimar um projeto imediatista e hipócrita como o que está sendo proposta. Expôs que a audiência pública tem uma função muito mais ampla que as questões que estão contidas nos documentos protocolados pelas entidades ambientalistas e demais cidadãos. Afirmou que a audiência pública, na verdade, tem que ofertar respostas as questões levantadas e não somente servir para legitimar as propostas. **Gabriel Alves da Silva Júnior** ressaltou que a crise que estamos vivendo comprova a ausência de planejamento do Governo do Estado na área de gestão de recursos hídricos e na promoção de articulações junto aos comitês de Bacia e a sociedade. Disse que o que se observou nos relatórios apresentados é a inexistência de alternativas para o sistema, tal como a exploração do Aquífero Guarani. Afirmou que a falta de desenvolvimento em infraestrutura é um problema recorrente não somente nas áreas de recursos hídricos, mas também na área da saúde, por exemplo, na qual se constata a falta de hospitais, onde se deixa chegar ao estado de calamidade para a partir disso, tomar alguma providência. Não se oferece nenhuma contrapartida, estudos alternativos e plano de bacias, elaborado pelo comitê de bacias. Relembrou que as obras de transposição do rio Paraíba do Espírito Santo não foram levadas adiante em razão de uma ação pública da OAB Nacional. Uma lei específica obriga a criação de um comitê de bacias do rio Jaquari, apesar dele ainda não ter sido criado. Qualificou a obra que está sendo proposta como sendo “um puxadinho” que não resolve o problema, não é sistêmica, além de não dialogar com os planos de manejo das águas dos rios e dos mananciais. **Renato Moura Vasconcelos**, morador de São José dos Campos versou sobre a situação hídrica do sistema Cantareira e dos níveis de consumo de água e energia na área residencial, industrial e de transportes. Embasado em informações existentes manifestou-se contrário ao projeto de interligação do rio Paraíba do Sul com o sistema Cantareira, por acreditar que o governo deveria criar incentivos para instalação de sistemas alternativos de produção de energia. O governo também deveria pensar, como plano B, realizar a transposição da água do mar para o rio Paraíba do Sul e para o sistema. Embora estudos da Câmara Federal apontem que 1m³ da água tratava custa cerca de 5 centavos, o custo da água do mar é cerca de 120 vezes maior. Disse que acreditava que o governo de São Paulo tem total condições de implantar essa última proposta, por mais cara que seja. Também acredita ser muito importante que os moradores de outras cidades também sejam ouvidos e que acredita que conta com o apoio dos prefeitos e vereadores para que essas solicitações sejam atendidas. **Maria Paulete Ribeiro Martins**, pesquisadora do IPI, disse que de acordo com o que pode analisar do documento e da apresentação disse que concorda com muito do que foi exposto pelos que participaram da audiência sobre o impacto da obra no meio ambiente. Considera que se dispõe de uma visão muito limitada do problema não tendo sido procedida uma análise global. Portanto, qualificou como limitadíssima a visão que se tem de que a transposição do Jaquari para o Cantareira irá resolver o problema da crise hídrica. Relembrou que o relatório

10

31



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

elaborado no IPI demonstra que o problema da crise hídrica do sudeste decorre do desmatamento da Amazônia. Passou a versar sobre as causas macro ambientais que levaram a quebra do equilíbrio ecológico do planeta. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Jairo Salvador de Souza**, representante da Defensoria Pública de São José dos Campos, expôs seu descontentamento com a explicação ofertada sobre os motivos da implantação da obra e com a argumentação de que a segurança hídrica estará assegurada com a execução da transposição. Qualificou a colocação de tais argumentos como sendo um desrespeito com as instituições de pesquisa de ponta e com as pessoas altamente qualificadas no Vale do Paraíba. Disse não ser contrário ao encerramento do debate, mas sim, de se pensar em uma solução definitiva para o problema, mas não da forma impositiva como está sendo feito. Afirmou que o rio Jaguari não é uma caixa d'água, e sim um rio, que é um corpo vivo que tem que ser analisado em sua plenitude, ou seja, de forma global. Disse que a defensoria já está cansada de estudar questões, que muitas vezes fogem de sua alçada de conhecimento para prover uma série de contribuições aos órgãos públicos, que no final, não são consideradas. Alertou que este fato acaba por desmoralizar a gestão democrática e desvalorizar as audiências públicas, esvaziando a participação popular nesses fóruns, porque os projetos são aprovados da mesma forma com que foram inicialmente propostos, sem considerar as contribuições e solicitações de alteração para melhorias. Reivindicou que sejam levantados todos os impactos da obra, negativos e positivos, pois teme que aconteça igual à Paraibuna, que entrou praticamente em colapso, com a construção de um aqueduto que ligava o litoral. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder legislativo. **Daniel Pereira**, vereador do município de Redenção da Serra lembrou que a cidade é o berço da liberdade paulista, apesar de esquecida e quase falida pela construção da represa de Paraibuna. Na época, década de 70, foi prometido o desenvolvimento turístico, econômico com a implantação da represa. Disse que ao participar da primeira reunião no CONSEMA e também no CODIVAP, reivindicou a construção de um barramento para solucionar o problema da água na cidade. Rogou para que não deixem que a cidade de Redenção morra. **Wagner Balieiro**, vereador de São José dos Campos relembrou que ao trabalhar com a capacidade máxima, a usina Jaguari gera 27, 6 MW de energia que corresponde a energia necessária para colocar em funcionamento um motor do sistema de bombeamento da transposição. Registrou que em 29 de março de 2014, na matéria veiculada em um jornal de São Paulo, o próprio Governo do Estado, apresentou um estudo realizado pela COBRAPE, no qual foram apresentadas alternativas para resolver o problema da questão hídrica, principalmente ali da grande região de São Paulo. Das oito alternativas mais viáveis em termos de custo, prazo e volume de água, nenhuma dizia respeito a bacia do Jaguari. Inclusive uma das alternativas possíveis era buscar a água do alto Jupiá, da bacia do Ribeira de Iguape. Para tanto, seria necessário envolver a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, que tem uma barragem ali naquele local, o que envolveria a negociação com um grande empresário. Acredita que esse estudo tenha que ser retomado. Por fim, afirmou ser inadmissível que diante de uma obra desse porte, em torno de 800 milhões de reais, em nenhum momento se fale da questão do tratamento dos esgotos de todas as cidades afetadas, e de um programa de serviços ambientais para recuperação de nascente de toda bacia do rio Paraíba. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder executivo. **Juarez Domingues Vasconcelos**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Iguaratá, disse ter ocorrido uma antecipação por parte do Governo do Estado do estudo da COBRAPE, em dez anos, tendo em vista, o que informou Mônica Porto, Secretária-Adjunta da

11



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Secretaria de Estados de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA, que a alternativa de Jaguari era prevista para ser implantada somente em 2025. Destacou que no estudo da COBRAPE consta que o índice de perda de água no sistema de distribuição gira em torno de 38%, na Região Metropolitana de São Paulo e em 40% na região do Vale do Paraíba. Sendo assim, questionou o motivo pelo qual, naquela oportunidade, não se iniciou a implantação de medidas para melhorar o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Relatou que a GEVAP finalizou um estudo, em setembro de 2013, de avaliação dos impactos de novas transposições da vazão do rio Paraíba do Sul. Nesse estudo evidenciou-se o estado crítico da qualidade das águas nos locais estudados, que será agravado com a retirada de mais água, principalmente do trecho de São José dos Campos com a diminuição da velocidade das águas, onde ocorrerá a eutrofização e o crescimento de macrófitas. Relembrou que as macrófitas cresceram em tal proporção, no trecho do rio, que quase derrubaram a ponte de Caçapava. Relembrou que o artigo 5º, parágrafo 3º da Resolução CONAMA 01/1986, diz que a área de influência do projeto é o limite da área geográfica direta ou indireta. Desta forma, questionou se a área geográfica direta ou indireta do projeto estaria de fato restrita ao rio Jaguari, onde foi feito o estudo, ou englobaria toda a bacia do rio Paraíba do Sul. Relembrou que 20 dos municípios do Vale do Paraíba, na região metropolitana, não têm plano diretor e que, apesar da alegação de que a retirada de 5m³ é um volume muito baixo, ressaltou que 40 cidades do Vale do Paraíba consomem 6 m³ de água, por segundo. Perguntou o motivo pela qual a ANA não participa das audiências públicas apesar de ter liberado a retirada de mais de 80 m³ de água/s do rio Paraíba do Sul, ao longo de 2014 e que mais recentemente editou uma nova resolução autorizando a retirada de volume maior. Questionou o motivo pelo qual a alternativa de não se implantar o projeto não faz parte do estudo, assim como, não se apresentam quais seriam os ganhos para o Vale do Paraíba, caso a obra venha a ser implantada. Lembrou que os municípios de Santa Isabel e de Igaratá ainda não emitiram as certidões de uso do solo para que o projeto prossiga, conforme prevê a Constituição, que não poderá ser ignorada. Passou-se a etapa das réplicas e esclarecimentos do empreendedor e consultor. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, em resposta a Jairo Salvador de Souza, representante da Defensoria Pública de São José dos Campos ofertou esclarecimentos sobre os motivos pelos quais as audiências públicas iniciam-se a partir das 17h00. **Silvio Leifert**, representante da SABESP, esclareceu que nos municípios do Vale do Paraíba, operados pela SABESP, o índice de coleta é de 96% e, destes, 97% são tratados. Revelou que os resultados de monitoramento ambiental do rio Paraíba, nos dois pontos da rede de monitoramento localizados em São José dos Campos, revelam que ocorreu melhora brutal da qualidade das águas de 2013 para 2014, evidenciados a partir dos resultados dos Índices de Qualidade Ambiental – IQA, obtidos para o Vale do Paraíba. Explicou que essa melhora ocorreu, principalmente, após a instalação de uma nova estação de tratamento de esgotos da SABESP, no município. Informou que a SABESP tem realizado investimentos expressivos, o valor de R\$ 519 milhões, principalmente em esgotamento sanitário, na região do Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira. Esclareceu que 50,4% das ações da SABESP pertencem ao Estado de São Paulo, a quem cabe à tomada de decisões estratégicas e que os dividendos são convertidos em benefícios para sociedade, em concordância com a legislação brasileira. Esclareceu como ocorrem as negociações das ações da SABESP, as quais 27% são realizadas na Bolsa de Nova Iorque de forma transparente e auditadas pela Agência Americana ASEC. Disse que os negócios que mantêm nas bolsas de valores permitem que a SABESB mantenha investimentos superiores a dois bilhões,

12

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nos últimos anos. Explicou que, foram alteradas as unidades utilizadas para apresentar as vazões de 162 milhões de m³ para 5,13 m³/s, de forma a facilitar o entendimento e uniformizá-las com as informações contidas no licenciamento ambiental da CETESB. Garantiu que nenhuma outra informação foi alterada. Sobre a questão do polo de captação de água, afirmou que a SABESP irá cumprir o contrato de concessão e também que pretende assumir o município de Santa Isabel. Sobre a qualidade das águas fornecidas para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte, Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana de São Paulo e demais municípios operados pela SABESP, informou que a qualidade das mesmas atende aos limites estabelecidos pela SABESP, que são mais restritivos que os padrões da Resolução CONAMA. Lembrou que os índices de qualidade são informados para população e acompanhados pela agência reguladora. Da energia elétrica de 40mil cavalos, a ser consumida no recalque de água para o Sistema produtor de São Lourenço, serão pagos R\$ 45 milhões/mês, caso se opere, 24 horas/dia, com a vazão de 6,4 m³/s. Considerando-se ainda o investimento de R\$ 2,21 bilhões no sistema, mais os custos operacionais estima-se que a água custará R\$ 2,00/m³, diferente dos números que foram argumentados durante a audiência. Lembrou que a tarifa de energia elétrica cobrada para o saneamento é menor que a que se vende para as indústrias, de maneira geral. Em razão da discrepância constatada comprometeu-se a retomar este assunto em outra ocasião. Dissertou sobre o dimensionamento do sistema de tubulação apresentando de forma minuciosa como foram dimensionados os diâmetros das tubulações e das valas onde serão assentados. Informou que o contrato de concessão de energia da usina hidrelétrica, do Vale do Ribeira, termina em 21 de junho de 2016. Para a renovação dessa concessão que será decidida pelo Ministério de Minas e Energia, está sendo solicitada a retirada de 6,4 m³/s, não havendo conflitos de interesses conforme foi dito. Disse que consta do EIA/RIMA as ações de saneamento previstas para serem implantadas em Santa Izabel e Igaratá, como forma de compensação das obras da implantação da transposição. Salientou que a SABESP vem investindo de forma constante no programa de redução dos índices de perda, tanto física para os vazamentos das tubulações, quanto financeiras. Afirmou que graças ao Plano de Redução de Perdas, pode-se adiar a implantação do Sistema Produtor de São Lourenço. **Guilherme d'Oliveira**, representante da Prime Engenharia, concorda com a afirmação de que o número de espécies de peixes registradas no levantamento ictiológico procedido no rio Jaguari e foz do rio do Peixe foi pequena e acredita que deu-se em razão da amostragem ter sido realizada na época em que os reservatórios estavam com o nível de água baixo. No entanto, esclareceu que o EIA prevê no programa de manejo ambiental a realização de monitoramento limnológico periódico de qualidade das águas para que se possa evidenciar qualquer alteração nos ecossistemas. Quanto ao questionamento de que não teria sido realizada prospecção arqueológica nos novas áreas de emboque e desemboque do túnel, esclareceu que as normativas do IPHAN preveem que sejam realizados na etapa do EIA a prospecção somente em alguns pontos. Pelos parâmetros usuais prevê-se sejam realizadas amostragens em 20 poços de prospecção, ao longo de todo o traçado. Esclareceu que foram realizadas amostragens em mais de 100 poços de prospecção, a cada 100 metros, ao longo do traçado da adutora. Somente áreas de difícil acesso não foram amostradas. Acrescentou que a Instrução Normativa do IPHAN foi recentemente alterada, modificando de forma radical todo o procedimento de análise de estudos arqueológicos para o licenciamento ambiental. Salientou que a área do rio Jaguari segue a instrução normativa antiga porque já tinha termos referência à época que a nova instrução foi publicada. Refutou a informação

13

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de que o EIA não teria sido realizado considerando-se a bacia do rio Paraíba do Sul e sua segurança hídrica como um todo. Disse que a nova regra operativa prevê que os reservatórios do rio Paraíba do Sul, do Paraibuna, do Santa Branca e de Jaguari funcionem, sistematicamente, com níveis elevados e restringe o lançamento à jusante, enquanto os reservatórios não tiverem 80% do seu volume preenchido. Isso significa, explicou, que as vazões regularizadas do Paraíba do Sul serão maiores que antigamente, porque naquele tempo que o sistema privilegiava a energia elétrica, as vazões eram jogadas para jusante e depois turbinadas, no momento em que melhor interessava a geração de energia. Atualmente, um nível mais alto de regularização será mantido, o que significa que as vazões mínimas serão maiores de forma a melhorar a segurança hídrica do Paraíba do Sul. Complementou que essas novas regras operativas, acordadas no âmbito federal, abrem espaço para que a interligação seja viável. Neste contexto, entende que a transposição de água no Jaguari não terá qualquer impacto negativo sobre as condições das vazões mínimas do rio Paraíba do Sul, que são as vazões que interessam para a previsão das situações críticas de diluição. Concordou que seria desejável que se tivesse uma análise da situação ambiental na bacia, mas que não é esse o objetivo da avaliação ambiental estratégica da situação hídrica da bacia do Paraíba do Sul. No entanto, lembrou que um estudo global, extremamente importante e necessário poderia ser conduzido pelo Comitê de Bacias. Lembrou que a SABESP irá pagar pelo uso da água do Paraíba do Sul, fato que não foi mencionado, por tratar-se de uma obrigação legal. **Mônica Porto**, Secretária-Adjunta da Secretaria de Estados de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA agradeceu a oportunidade na qual foram feitos questionamentos que permitem que alguns pontos sejam melhor esclarecidos. Reforçou que a recuperação de nascentes e das matas ciliares é uma grande preocupação do governador Geraldo Alckmin. Tanto assim, que o Governo do Estado lançou, no Dia da Água, o Programa Nascentes. Explicou ser este programa, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA, organizar a aplicação dos recursos de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, especificamente, para recuperação de mata ciliar, restauração florestal e recuperação de nascentes. Indicou que o programa está disponível na página eletrônica da SMA. Informou que no dia 10 de abril p.p. os presidentes dos Comitês de Bacia do Paraíba do Sul, do PCJ e do Alto Tietê compareceram à Secretaria de Recursos Hídricos para uma reunião na qual discutiu-se a aplicação dos recursos do FEHIDRO em programas de recuperação florestal. Com relação às questões de universalização do saneamento, lembrou que, dentre os estados, o Estado de São Paulo é aquele que apresenta os melhores índices de coleta e tratamento de esgotos e também de abastecimento público do Brasil. Para aqueles municípios não operados pela SABESP, o Governo do Estado dispõe de dois programas, sendo eles, o "Sane Base" e o "Água Limpa", tendo este último, celebrado 34 convênios, no último ano. Com relação aos temas específicos, a segurança hídrica do Paraíba do Sul não tem sua origem no programa de interligação, mas sim nas novas regras discutidas no pacto federativo que representa um novo paradigma no qual os sistemas de operação devem priorizar o abastecimento público. Desta forma, ressaltou que, ao mudar a regra, verificou-se o aumento da segurança hídrica de todo o Paraíba do Sul, permitindo que as cidades do Vale passem a ter 100% de garantia de abastecimento e se faça a interligação. Afirmou que a depleção atual que se verifica em várias cidades dá-se com base nas regras antigas de operação e que a ANA ao alterar as regras, reduzindo a quantidade de água retirada pelo Rio de Janeiro, permitiu a recuperação dos sistemas a um patamar relevante. Outro ponto, que julga importante é que esses estudos foram elaborados para garantir essa segurança hídrica levando-se em conta as

14

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

demandas do Vale do Paraíba até 2040. Garantiu que a transposição será otimizada e não será procedida quando os dois reservatórios estiverem vazios. Informou que o consumo de água do Vale do Paraíba é da ordem de 6 a 7 m³/s para abastecimento público e possui vazão mínima natural, da ordem de 30 m³/s, em Santa Branca. O plano foi analisado com base nas situações de todas as regiões que constituem a macrometrópole e não apenas a Região Metropolitana de São Paulo. Desta forma, as soluções dentre as dezenas de alternativas estudadas, foram selecionadas para aumentar a segurança hídrica de toda macrometrópole. Explicou que em momentos de crise faz-se a reprogramação de ações sendo, por essa razão, que as ações de 2025 estão sendo antecipadas. Enfatizou que o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP integrou o grupo técnico que elaborou os estudos. Lembrou que as reuniões ocorreram em Brasília, muitas das apresentações foram feitas na cidade de Rezende e a última ocorreu em Taubaté, no dia 23 de abril p.p., ocasião na qual foram apresentados os resultados da resolução e das novas regras de operação. Informou que os relatórios estão na página eletrônica da Agência Nacional de Águas - ANA, na área de "outorga e fiscalização". Quanto à afirmação de que a seca era previsível lembrou-se das cheias ocorridas há 3 ou 4 anos, entre 2010 a 2011, quando os reservatórios da região leste do estado estavam praticamente todos vertendo. Por último, lembrou-se ser a cobrança pelo uso dos recursos hídricos um instrumento de gestão de extrema relevância, conforme anteriormente mencionado. Desta forma, a água a ser utilizada na interligação, quando ela for retirada do Paraíba do Sul para o sistema Cantareira pela SABESP, será paga de acordo com o valor a ser definido pelo Comitê de Bacia, que também definirá a aplicação dos recursos financeiros oriundos desses pagamentos. Quando ela for operada de forma inversa, a cobrança também será de forma inversa.

Marcelo Manara, conselheiro do CONSEMA disse que iniciaria seus comentários sobre dois pontos daquilo que Silvio Leifert levantou ao defender a SABESP, empresa que representa. Primeiramente, o conselheiro criticou o fato da SABESP, por 30 anos, ter lançado esgotos sem tratamento nos corpos receptores da região e que, somente às vésperas do encerramento dos contratos passou a promover algum tipo de iniciativa para mudar a situação. Em segundo lugar, embora fosse grato pelas considerações e respostas apresentadas, o conselheiro considerava extremamente dispensável o tom de soberba e de sarcasmo com que Silvio Leifert respondeu aos questionamentos. Disse que passaria a realizar um balanço das quatro audiências públicas. Agradeceu a Mônica Porto, Secretária-Adjunta da Secretaria de Estados de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA pelas informações prestadas, que foram de extrema importância para elucidar parte das dúvidas existentes. Acredita que teria sido importante que tivesse sido realizada uma audiência pública sobre a segurança hídrica do rio Paraíba do Sul, do início das discussões sobre as obras de transposição. Disse ficou claro, nas apresentações dos representantes da SABESP, da consultoria e da Secretária, que a área de influência indireta é maior, mesmo porque quando se fala dos benefícios, reporta-se a todo o rio Paraíba do Sul, por outro lado, a área é menor quando se apontam os pontos negativos. Neste momento, a influência se restringe a quatro municípios, tanto a direta quanto a indireta. Qualificou o EIA/RIMA como incompleto e insatisfatório e, por essa razão, espera que a CETESB realize uma análise efetiva sobre o rigor no cumprimento dos requisitos técnicos e legais, principalmente do cumprimento da Resolução CONAMA 01/86. Ressaltou, mais uma vez, disse pela quarta vez consecutiva, que não foi apresentada a análise das alternativas locais, nem debatidas alternativas tecnológicas. Também não se discutiu com a devida amplitude, no EIA, os efeitos cumulativos dos impactos

15

2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambientais, nem a suposta garantia que as ações pactuadas proporcionarão a segurança hídrica tão propagada, mas que não tratadas nos estudos. Portanto, o conselheiro afirmou que o EIA deve ser revisto, ou no mínimo complementado, antes de ser apresentado ao CONSEMA, pois traz mácula de origem. Enfatizou o fato de que a sociedade Vale Paraibana não aceita o argumento utilizado de que a escassez hídrica é um evento inesperado. O conselheiro disse que, como representante ambientalista no CONSEMA, continuaria a acompanhar, muito de perto, as discussões na medida do que for permitido. Agradeceu a colaboração de Patrícia Iglescias, Secretária de Estado do Meio Ambiente, por ter atendido ao pedido de participação da Secretaria de Saneamento e de Recursos Hídricos das audiências públicas. Como conselheiro do CONSEMA, prontificou-se a ser o porta-voz e defensor das manifestações protocoladas, mas que apesar de encaminhar manifestações, há 20-30 anos, raras são as respostas que recebe para as mesmas. Ao encerrar, fez lembrar o quanto a sociedade do Vale do Paraíba está profundamente preocupada e insatisfeita com o número de audiências públicas e a qualidade do EIA apresentado. **Laiza Oliveira Guimarães**, representante da Associação Brasileira dos Profissionais de Vigilância Sanitária – ABPV, disse que todo o cidadão deve participar das audiências públicas e ouvir aquilo que as partes têm a dizer, principalmente das importantes informações ofertadas por Mônica Porto, Secretária-Adjunta da Secretaria de Estados de Saneamento e de Recursos Hídricos e conselheira do CONSEMA. Concorda com que o conselheiro Manara diz sobre a importância de todos ficarem muito atentos sobre a questão da segurança hídrica, não somente do Vale do Paraíba, mas também da bacia do rio Paraíba do Sul, de forma global. Isto significa que não são os limites da bacia do Paraíba do Sul que tem que ser compreendidos, mas também devem ser incluídos os limites de toda a macrometrópole paulista, que se estende desde o médio Tietê, passa pela Região Metropolitana e chega ao Vale do Paraíba. Informou que a ABPVS instalou uma Câmara Técnica específica para discutir a crise hídrica na região, e considera que a questão deva ser gerida de forma integrada. Espera que as questões colocadas durante as audiências sejam consideradas pelo CONSEMA e pela CETESB. Encerrada a etapa das réplicas, o Secretário-Executivo do CONSEMA passou a palavra a **Mayla Fukushima**, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental e Empreendimentos da CETESB, para que ofertasse suas derradeiras considerações. Informou que a CETESB está aguardando o encaminhamento das certidões de ocupação e uso do solo pelas Prefeituras de Santa Isabel e Igaratá, assim como o exame técnico municipal. Assegurou que o empreendimento foi cuidadosamente avaliado pelos setores competentes do órgão ambiental, enfatizou a importância daquela como de qualquer audiência pública, especialmente por ensejar o recebimento de contribuições que fornecem preciosos subsídios ao parecer a ser elaborado pela CETESB acerca da viabilidade do empreendimento, documento este que é em seguida encaminhado ao CONSEMA para apreciação crítica de seus membros. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, informou que durante a audiência foram protocolados os seguintes documentos: - Ofício SEMAI nº 029/2015 de 08/06/2015; - Ofício POL. 207/2015 da Câmara Municipal de Taubaté; - ECO Vital nº 02 e nº 04/2015; - Ofício SEMAI nº 028/2015 de 08/06/2015 da Prefeitura Municipal de Igaratá; - Requerimento subscrito pelo Letícia Domingues Brandão; Claudia Cristina Gomes da Costa Steiner; Marilene Mesquita Silva, André Francomano da Silva, José Lincon Trigo Delgado de Almeida representando municipalidades e órgãos públicos e entidades da região. O requerimento é acompanhado de documentação pertinente; - Requerimento subscrito por Juarez Vasconcelos de

16

21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

08/06/2015. O Secretário-Executivo esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patricia Iglescias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, lavrei e assino a presente ata.